

1. CONSOLIDADO PAÍSES - PORTUGUÊS

ANÁLISE COMPARATIVA DOS MARCOS LEGAIS BASEADA NAS PAUTAS DE REGULAÇÃO MÍNIMA – DOCUMENTO MERCOSUL/GMC/RES. 51/15

Existência, na legislação vigente, das obrigações a seguir:	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
<b>I. Em relação às instituições financeiras:</b>			<b>BC: . Valores: . Seguros: . UIF: .</b>	
1. Identificação de todos os cliente com aplicação de um enfoque no risco e verificação da autenticidade das informações prestadas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1.1. Valores: -. Seguros: Capitulo II de la Resolución UIF 28/2018. UIF: -. INAES: Artículo 20º inciso e) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II, §2º inciso I, art. 2º. Valores: (i) ICVM 301/99, art. 3º-A, Inciso I + (ii) Procedimientos de Supervisión. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art.5º; art. 6º, inciso II, Com relação a análise da veracidade, somente há dispositivo sobre a necessidade de coleta e armazenamento da documentação comprobatória: Art. 8º §1º, com exceções a coleta de documentação nos § 5º a 8º.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 14º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 3º, 6.1º, 8.2.9º, 8.2.14º, 16º, 17º, 20º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º, Art. 1,2,3, Anexo art.1º, 3º, 4º, 5º, Res. N°26/09 SEPRELAD, . UIF: Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º.	BC: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 294 de la RNRCSF. Valores: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 190 y 191 de la RNMV. Seguros: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 72 de la RNS. UIF: No aplica.
2. Identificação do cliente e beneficiário final (inexistência de anonimato em qualquer operação);	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. CNV 2013 , Título XI , Sección IV, art. 8 y 9.. Seguros: Art. 29 inc b) pto 7 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 12, 13 inciso k), 14, 15, 16 y 17 inciso a) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 2º e art. 3º. Valores: (i) ICVM 301/99, arts. 3º e 3º-A + (ii) ICVM 461/07, art. 56 + (iii) ICVM 505/11, art. 35. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 7º e art. 8º, com exceção prevista na Circular Susep 365, Anexo IV, §2º.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 16º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 4º, 6.2º, 16º, 17º, 18.4º, 20.1º, 20.3º ). Valores: Resolución SEPRELAD N° 436/2011 (Art. 1º, 2º y 3º) y Resolución SEPRELAD N° 432/2010 (Art. 1º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º ,Ley N°827/96 Seguros, Res. N°436/11, Res. N°614/17, Res. N°26/09 SEPRELAD Art. 2º, 3º, Anexo art. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 16º) .	BC: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 295 de la RNRCSF. Valores: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 190 y 192 de la RNMV. Seguros: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 74 de la RNS. UIF: No aplica.
3. Identificação com precisão do propósito da relação de negócio;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 11 y 20 inciso c) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 2º, inciso V. Valores: ICVM 301/99, Anexo I, art. 2º, § 1º. Seguros: Não há.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 17º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 4º, 8.2.9º, 19º, 20º, 23º, 24º, 33.2.3º, 33.5.4.1º, 33.5.4.5º, 34.4º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 4º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 17º).	BC: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 294 de la RNRCSF. Valores: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 189 de la RNMV. Seguros: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 72 de la RNS. UIF: No aplica.
4. Identificação de terceiras pessoas autorizadas a representar o cliente, bem como de controladores, administradores e diretores, no caso de pessoas jurídicas	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 13 inciso h) y 15 de la Resolución UIF N° 11/2012	BC: Circular 3461, art. 2º, §1º, 2º, 3º e 4º . Valores: ICVM 301/99, Anexo I, art. 1º, Inciso II. Seguros: Circular SUSEP nº 445 Art. 3º, inc IV e c/c art. 6º, inc II c/c art. 7º, I (pessoa natural); Circular SUSEP nº 445 Art. 7º, inc I, alínea e (pessoa jurídica).	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 15º y 16º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 16º, 17º, 20º y 21º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 5º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 3º, 4º, 5º, 16º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 15º y 16º) .	BC: Art. 297 de la RNRCSF. Valores: Art. 191 de la RNMV. Seguros: Art. 72 de la RNS. UIF: No aplica.
5. Manutenção da informação e documentação atualizadas, em registros de fácil acesso e disponibilidade para a autoridade competente, no início da relação, durante a vigência da mesma, e pelo menos cinco anos, ou mais;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 17 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 23 de la Resolución UIF N° 11/2012	BC: Circular 3461, art. 2º, §5º, e art. 11º. Valores: ICVM 301/99, arts. 4º e 5º. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 8º, §1º. OBS: Parcialmente prevista, pois não há menção a prazos.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 18º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 16º, 17º y 42º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 15º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 6º, 7º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 18º).	BC: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 492, 493 y 497 de la RNRCSF. Valores: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 255 de la RNMV. Seguros: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 120.8 de la RNS. UIF: No aplica.
6. Implementação de programa de PLD/FT baseado no risco;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 3 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 3 inciso g) y 20 inciso e) párrafo 5to de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II obs: Não está plenamente cumprida; Pendente norma com previsão de publicação até 2018. Valores: (i) ICVM 301/99, art. 6º, §s 1º e 2º + (ii) Ofício-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, ítem 2.1 + (iii) Ofício-Circular nº 5/2015/CVM/SIN; Obs: Não está plenamente cumprida - Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art.5º; art. 6º, inciso II.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 21º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 8.2.5º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 1º Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 290 y 291 de la RNRCSF. Valores: Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 185 y 186 de la RNMV. Seguros: Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 67 y 68 de la RNS. UIF: No aplica.

7. Designação de Diretor de Cumprimento um funcionário de alto nível na instituição financeira;	BC: T.O. PLA/FT, ponto 1.1. Valores: T.O. CNV 2013 , Título XI , Sección IV, art. 2.. Seguros: Art. 11 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 6 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 18º. Valores: ICVM 301/99, art.10; Obs: algumas das pessoas obrigadas da CVM que se submetem à ICVM 301/99 não são consideradas instituições financeiras. Seguros: Circular SUSEP nº 445, Art. 2º §2º.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 9º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 2.3º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 2º Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art. 291 de la RNRCSF. Valores: Art.188, 297.1, 308.1.1 y 325.1 de la RNMV. Seguros: Art. 71 y 148.1 de la RNS. UIF: No aplica.
8. Comunicação à FIU fatos ou operações que apresentem indícios relacionados com LD/FT;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 38 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 25, 26, 27, 28, 29, 30 , 31 y 32 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 12º e 13º. Valores: (i) ICVM 301/99, arts. 6º e 7º + (ii) Oficio-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.2 + (iii) Oficio-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 14 c/c art. 13.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 19º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 32º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 19º, Art. 4º y art. Anexo art. 18º Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Lev N° 3783/09 (Art. 19º).	BC: Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 313 de la RNRCSF. Valores: Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 202 de la RNMV. Seguros: Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 84 y 149.2 de la RNS. UIF: No aplica.
9. Implementação de sistema de gestão baseado no risco com procedimentos reforçados de monitoramento para clientes que o mereçam e requerimentos simplificados para as categorias de clientes de menor risco;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 22 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II obs: Não está plenamente cumprida; Pendente norma com previsão de publicação até 2018. Valores: Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018. Seguros: Não há.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 25º y 26º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 1º, 5, 11º, 12º, 13º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 290, 291 y 311.9 de la RNRCSF. Valores: Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 185 y 186 de la RNMV. Seguros: Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 67 y 68 de la RNS. UIF: No aplica.
10. Verificação das listas de terroristas e organizações terroristas emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, informando às autoridades competentes no caso de detectar fundos ou ativos pertencentes às pessoas incluídas em ditas listas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 21 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artuculos 11 inciso a) y 20 inciso a) de la Resolución UIF Nº 11/2012. Resolución UIF Nº 29/2013 y Decreto Nº 918/2012.	BC: Circular 3461, art. 18ºa. Valores: (i) ICVM 301/99, art. 7º e respectivo §3º + (ii) Oficio-Circular CVM/SMI/SIN 04/15 + Oficio-Circular CVM/SMI/SIN 05/15. Seguros: Carta-Circular nº 001/2016/Susep-CGFIS.	BC: Ley N° 4503/2011 (Art. 2º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 8.2.11º, 20º, 34.8.1º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 18º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 4503/2011 (Art. 2º).	BC: Art. 314 de la RNRCSF. Valores: Art. 203 y 207 de la RNMV. Seguros: Art. 75 de la RNS. UIF: No aplica.
11. conservação, por um mínimo de 5 anos, os resultados das análises das operações atípicas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 17 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 23 inciso c) y 27 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 16º. Valores: ICVM 301/99, art. 7º, §5º. Seguros: Circular SUSEP nº 445, Art. 12, não há menção ao prazo de guarda.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 8.2.13º y 42º). Valores: Ley N° 1015/97 (Art. 18º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 18º, Anexo art. 7º Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 18º) .	BC: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 492, 493 y 497 de la RNRCSF. Valores: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 255, 255.2, 255.3 y 255.7 de la RNMV. Seguros: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 120.8 de la RNS. UIF: No aplica.
12. Identificação do cliente que se enquadre na categoria PPE/PEP com monitoramento contínuo e reforçado das transações;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 21 y 22 de la Resolución UIF 28/2018, Resolución UIF Nº 52/2012. UIF: . INAES: Artículos 11 inciso a), 12 inciso j), 13 inciso i) y 20 inciso b) de la Resolución UIF Nº 11/2012. Resolución UIF Nº 52/2012	BC: Circular 3461, art. 4º, art. 10º inciso 2º, art. 10 §1º. Valores: ICVM 301, arts. 3º A, 3º-B e 6º, §s 1º e 2º. Seguros: Circular SUSEP nº 445, Identificação do Cliente: Art. 4º §2º e Art. 7º, inc. I, alínea g e art. 7º, inc. II, alínea e. Documentos colhidos na identificação em caso de PEP: Art. 8º, §4º; Monitoramento reforçado e contínuo das transações: Art. 10º.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.1º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. N° 6.1º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 18º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art.20 de la Ley 19.574 Art. 301 de la RNRCSF. Valores: Art. 20 de la Ley 19.574 Art. 196 de la RNMV. Seguros: Art. 20 de la Ley 19.574 Art. 76 de la RNS. UIF: No aplica.
13. Identificação e exame das operações suspeitas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 38 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 18 y 25 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 13º. Valores: (i) ICVM 301/99, arts. 6º e 7º + (ii) Oficio-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.2 + (iii) Oficio-Circular n.º 5/2015/CVM/SIN. Seguros: Art. 13, inc II, alíneas de "a" a "m" c/c art. 13, § §2º e 3º.	BC: Ley N° 3783/2009 (Art. 19º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21º y 32º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 19º, Art. 4º y art. Anexo art. 18º Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Lev N° 3783/2009 (Art. 19º).	BC: Art. 291 y 315 de la RNRCSF. Valores: Art. 202 y 205 de la RNMV. Seguros: Art. 82, 84 y 85 de la RNS. UIF: No aplica.
14. Exame atento das operações com pessoas e instituições financeiras situadas em países que não aplicam ou aplicam inadequadamente as Recomendações do GAFI.	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O.CNV 2013, Sec. III. art. 4. Seguros: Art. 22 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 17 inciso f) de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 10º inciso V, combinado com art. 10º §1º circular 3961 art. 32º. Valores: ICVM 301/99, art. 6º, inciso VIII - Obs. Periodicamente a CVM, por meio da SMI e da SIN, publicam ofícios circulares visando disseminar para os participantes do mercado de valores mobiliários as listas atualizadas do GAFI/FATF. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 10.	BC: Resolución N° 266/2013 (Art. 2º, 3º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (8.2.11º, 21.7º, 34.8º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 18º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art. 300 de la RNRCSF. Valores: Art. 195 de la RNMV. Seguros: Art. 78 de la RNS. UIF: No aplica.
15. Reforço dos procedimentos de monitoramento de produtos ou operações efetuadas por meio de novas tecnologias, que possam favorecer o anonimato.	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Seguros: Art. 28 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 10º inciso I, III, IV e VI, combinado com art. 10º §1º. Art. 1º §1º inciso IV. Valores: ICVM n.º 301/99, art. 9º, alínea "b". Seguros: Não há.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.2.2º, 21.6º ). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.4º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 15º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art. 299 de la RNRCSF. Valores: Art. 194 de la RNMV. Seguros: Art. 77 de la RNS. UIF: No aplica.

16. Obtenção de informações suficientes para a compreensão da natureza das atividades e a reputação das instituições financeiras no exterior, com as quais mantenha relação de correspondência bancária.	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Seguros: . UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 1º §4º Circular 3961 art. 166º e art. 170º. Valores: Não aplicável. Seguros: Não se aplica.	BC: Resolución N° 266/2013 (Art. 6°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.3°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.3°). Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 303 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: No aplica. UIF: No aplica.
17. Garantia de que as filiais, sucursais ou agências no exterior estejam sujeitas aos mesmos princípios aplicados localmente ou bem superiores aos estabelecidos localmente.	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Seguros: Art. 15 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 1º §5º e §6º. Valores: Não há. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 2º §1º.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.4° y 21.7°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.2°). Seguros: . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 303 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: Art. 67 de la RNS. UIF: No aplica.
18. Inclusão de informações precisas, que permitam identificar, registrar e conservar toda informação vinculada com o/os ordenante(s), com o/os destinatário(s); e, o/os beneficiário(s), das operações de transferências de fundos recebidas ou remetidas (nome, endereço, dados da conta), garantindo que essas informações de identificação estejam incluídas em toda a cadeia de pagamentos.	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: Res. UIF 21/2018, art. 38.. Seguros: Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Parcialmente artículo 11 inciso b) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3961 art. 11º. Valores: ICVM 301/99, arts. 4º e 5º, naquilo que couber. Seguros: Não se aplica.	BC: Ley N° 1015/1997 (Art. 14°, 15°, 16°, 17°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 27°, 28°, 29° y 30°). Valores: N/A. Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 1015/1997 (Art. 14°, 15°, 16°, 17°).	BC: Art. 306 y 307 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: No aplica. UIF: No aplica.
<b>II. Em relação aos Reguladores/ Supervisores:</b>	<b>Argentina</b>	<b>Brasil</b>	<b>Paraguai</b>	<b>Uruguai</b>
1. Promoção da aplicação efetiva das recomendações e documentos do GAFI/GAFILAT/GAFIC;	BC: Res. UIF 12/2011, art. 10. Valores: Res. UIF 22/2011, art. 10. Seguros: Resolución UIF 28/2018 Y Resolucion UIF 19/2011. UIF: . INAES:	BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação). Susep: Procedimentos de fiscalização.	BC: Resolución N° 266/13 (Art. 1°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°). Valores: N/A. Seguros: Ley N°827/96 art. Art. 61 inc. s); Actas/minutas de cierre de supervisión y retroalimentación sobre Recomendaciones GAFI, GAFILAT/GAFIC. UIF: Resolución N° 266/13 (Art. 1°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°).	
2. Inclusão do enfoque baseado em risco na supervisão das instituições financeiras, assim como a promoção da inclusão desse enfoque na regulação que se emita;	BC: Res. UIF xx/2018, art. 1. Valores: Res. UIF 21/2018, art. 1. Seguros: Resolución UIF 229/2014. UIF: . INAES: Resolución INAES N° 907/2018 - Nueva Matriz de Riesgos y Alertas elaborada con un enfoque basado en riesgos. De la misma se confecciona el Plan Anual de Supervisiones.	BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de Supervisão - Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018. Susep: Procedimentos de fiscalização.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1.2° y 33°). Valores: N/A. Seguros: En proceso de sistematización.. UIF: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1.2° y 33°).	BC: Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros. Valores: Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros. Seguros: Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros. UIF: No aplica.
3. Detenção de poderes suficientes para inspecionar as instituições financeiras e requerer qualquer informação e documentação que sejam consideradas necessárias para assegurar o cumprimento das exigências na matéria de PLD/FT;	BC: Ley 25.246, art. 14, inc. 7, último párrafo; Res. UIF xx/2018, art. 3-4.. Valores: Seguros: Ley 25.246, art. 14, inc. 7, último párrafo; Ley 20.091; Resolución UIF 19/2011. UIF: . INAES: Resolución UIF N° 12/2012 Anexo I, Resolución UIF N° 229/2014 y Resoluciones INAES N° 5586/12, 5587/12, 5588/12 y 806/18.	BCB: Lei 4595 - art. 10º inciso IX, Lei 9613 art. 9º, 10º, 11º e 12º. CVM: (i) Lei n.º 6.385/76, arts. 8º e 9º + (ii) Lei n.º 9.613/98, art. 10. Susep: Decreto-Lei nº 73 - art. 36º, alínea h e Lei 9.613 art. 9º, 10º, 11º e 12º.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.1°, 28.2°, 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°). Valores: Resolución CNV N° 1103/2008 (Art. 2°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 29° Modificado por Ley N°3,783/09 art. 1°, Ley N°827/96 Seguros art. 61° incisos c), q); art. 67°, 68°, 113°, 130°; Anexo art. 7° de la Res. N°26/09 de SEPRELAD.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.1°, 28.2°, 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°).	BC: Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU. Seguros: Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU. UIF: Art. 26 Ley 19.574.
4. Aplicação das sanções administrativas adequadas no caso de descumprimento da normativa sobre a matéria;	BC: Ley 25.246, art. 23-24; Res. UIF xx/2018, art. 12. Valores: Seguros: Ley 25.246, art. 23-24. UIF: . INAES: Resolución INAES N° 1659/2016, s/ suspensión y abstención de la prestación del servicio de crédito.	BCB: Lei 9613 art 12º Circular 3858/17. CVM: (i) Lei n.º 6.385/76, arts. 11 e 12 + (ii) Lei n.º 13.506/17. Susep: Lei 9613 art 12º e Resolução CNSP 97.	BC: Ley N° 489/95 (Art. 83°), Ley N° 1015/97 (Art. 24° y25° ), Ley N° 3783/09 (Art. 28.8° y 29°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 40°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 13°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 29° Modificado por Ley N°3,783/09 art. 1°, Ley N°827/96 Seguros art. 109° al 119° SANCIÓN, PENAS Y APLICACIÓN.. UIF: Ley N° 489/95 (Art. 83°), Ley N° 1015/97 (Art. 24° y25° ), Ley N° 3783/09 (Art. 28.8° y 29°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 40°).	BC: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Seguros: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. UIF: No aplica.
5. Proteção às instituições financeiras e seus representantes contra qualquer responsabilidade civil, criminal ou administrativa, pela violação de qualquer regra de segredo, quando de boa-fé efetuarem relatos de operações suspeitas à UIFs;	BC: Ley 25.246, art. 18. Valores: Ley 25.246, art. 18. Seguros: Ley 25.246, art. 18. UIF: . INAES: Artículo 18 de la Ley N° 25.246.	BCB: Lei 9613 art 11º §2º. CVM: (i) Lei n.º 9.613/98, art. 11, §2º + (ii) ICVM n.º 301/99, art. 7º, §2º. Susep: Lei 9613 art 11º §2º.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 34°) . Valores: Ley N° 1015/97 (Art. 34°). Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 34°) .	BC: Art. 23 de la Ley 19.574. Valores: Art. 23 de la Ley 19.574. Seguros: Art. 23 de la Ley 19.574. UIF: No aplica.

<p>6. Proibição dos Sujeitos Obrigados divulgarem às pessoas envolvidas ou a terceiros das investigações e os relatos de operações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo;</p>	<p>BC: Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.. Valores: Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.. Seguros: Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.. UIF: . INAES: Artículos 21 inciso c) y artículo 22 de la Ley Nº 25.246.</p>	<p>BCB: Lei 9613 art. 11º inciso II, combinado com a circular 3461 art. 14º. CVM: (i) Lei n.º 9.613/98, art. 11, Inciso III + (ii) ICVM n.º 301/99, art. 7º. Susep: Lei 9613 art. 11º inciso II.</p>	<p>BC: Ley N° 1015/97 (Art. 20°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 39°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12.4°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 20°; Anexo art. 8° Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 20°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 39°).</p>	<p>BC: Art. 22 de la Ley 19.574. Valores: Art. 22 de la Ley 19.574. Seguros: Art. 22 de la Ley 19.574. UIF: No aplica.</p>
<p>7. Impedimento do estabelecimento ou da continuidade da operação de bancos de fachada em seu território;</p>	<p>BC: Texto Ordenado de "Autorización y Composición del Capital de Entidades Financieras" del BCRA, art. 2.4.12 y 5.1.4.. Valores: -. Seguros: Ley 20.091 artículo 48. UIF: . INAES: Resolución INAES Nº 1659/2016 y las sanciones contempladas en el Artículo 101 inciso c) de la Ley 20,337 y Artículo 35 inciso d) de la Ley Nº 20.321, respecto al retiro de la autorización para funcionar.</p>	<p>BCB: Resolução 4122, Regulamento anexo I, art. 6º inciso V Regulamento anexo II, art.2º inciso I. CVM: Lei n.º 6.385/76, arts. 11, (Inciso IV, V e VII), 16, 18 (Inciso I, alínea "a"), 19, 21 e 26 - demais normas da CVM que regulamentam as situações, atuações ou prestação de serviços que necessitarão do respectivo registro. Susep: Resolução CNSP 330, anexo I.</p>	<p>BC: Ley N° 861/96 (Art. 5° y 6°), Ley N° 3783/09 (Art. 1°), Ley N° 4100/10 (Art. 1°) y Resolución N° 266/13 (Art. 6°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°827/96 Seguros art. 3°, 4°, 110°.. UIF: Ley N° 861/96 (Art. 5° y 6°), Ley N° 3783/09 (Art. 1°), Ley N° 4100/10 (Art. 1°) y Resolución N° 266/13 (Art. 6°).</p>	<p>BC: Art. 14, 16, 17 y 18 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: No aplica. UIF: No aplica.</p>
<p>8. Promoção da cooperação internacional com suas contrapartes estrangeiras, facilitando o intercâmbio de informação no marco das tarefas de supervisão a seu encargo;</p>	<p>BC: Ley 24.144 y modif., art. 4, inc. c.. Valores: Ley 26.831 y modif., Cap. V, art. 25, 26 y 27. . Seguros: . UIF: . INAES:</p>	<p>BCB: Lei complementar 105, art. 2º §4. CVM: (i) Lei n.º 6.385/76, art. 10 + (ii) Lei Complementar n.º 105, art. 2º, §4º. Susep: Lei Complementar 126/2007, Art. 25, § 2º, inciso II.</p>	<p>BC: Ley N° 1015/97 (Art. 33°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 33°; Ley N°4100/10 y N°5582/16 Que internalizan y aprueban enmienda del MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO DEL GAFI.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 33°).</p>	<p>BC: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Seguros: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. UIF: No aplica.</p>
<p>9. Adoção de procedimentos tendentes a evitar que criminosos e seus cúmplices adquiram participação significativa ou ocupem funções de direção em instituições financeiras;</p>	<p>BC: Texto Ordenado de "Autorización y Composición del Capital de Entidades Financieras" del BCRA.. Valores: T.O. CNV 2013, Sec. IV, art. 10.. Seguros: Resolución SSN 38.708/2014 artículo 7 y 9. UIF: . INAES: Artículo 64 de la Ley Nº 20.337, Artículo 13 de la Ley Nº 20.321 y Resolución INAES Nº 2036/2003 para cooperativas de crédito.</p>	<p>BCB: Resolução 4122, Regulamento anexo I, art. 6º inciso V, art. 16º Regulamento anexo II, art.2º inciso I. CVM: . Susep: Resolução CNSP 330, anexo II.</p>	<p>BC: Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 2.2°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N° 827/96 De Seguros art. 8° inciso d); Anexo art. 2° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°)</p>	<p>BC: Art. 14, 16, 17 y 18 de la RNRCSF. Valores: Art. 55, 55.1, 55.2, 64, 64.1, 64.2, 72, 72.1, 72.2, 101, 101.1, 101.2, 126, 126.1 y 126.2 de la RNMV. Seguros: Art. 4, 4.1, 6, 7, 147.1, 148 y 149 de la RNS. UIF: No aplica.</p>
<p>10. Estabelecimento de diretrizes que permitam o retorno de informação às instituições financeiras a respeito de tendências ou novas operações com o objetivo de contribuir para a melhora de seus sistemas de PLD/FT;</p>	<p>BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES:</p>	<p>BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação). Susep: Procedimentos de fiscalização.</p>	<p>BC: Ley N° 489/95 (Art. 34.h°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°) . Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N° 827/96 De Seguros Res. Gob. Corporativo; Anexo art. 2° inciso a) Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 489/95 (Art. 34.h°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°) .</p>	<p>BC: Art. 311 de la RNRCSF y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Valores: Art. 201 de la RNMV y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Seguros: Art. 83 de la RNS y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. UIF: No aplica.</p>
<p>11. Autorização e registro e supervisão das pessoas físicas e jurídicas que prestam qualquer serviço alternativo de transmissão de dinheiro ou valores;</p>	<p>BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES: Decreto 721/2000. Misiones y funciones asignadas al INAES.</p>	<p>BCB: Resolução 3568 art. 1º e art. 2º Circular 3691 art. 33. CVM: . Susep: Não se aplica.</p>	<p>BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°). Valores: N/A. Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°).</p>	
<p>12. Manutenção de estatísticas relacionadas com as informações resultantes da atividade de supervisão das instituições financeiras.</p>	<p>BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES: Artículo 5 del Anexo I de la Resolución UIF Nº 12/2012 - Informes trimestrales.</p>	<p>BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação). Susep: Procedimentos de fiscalização.</p>	<p>BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.4°). Valores: Informes de la Dirección de Inspección y Fiscalización de la CNV. Seguros: Superintendencia de Seguros Res. SS.SG N°203/16 Regimen de Provisión de Datos Central de Informaciones.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.4°).</p>	<p>BC: Art. 38 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 38 de la Carta Organica del BCU. Seguros: - Art. 38 de la Carta Organica del BCU. UIF: No aplica.</p>
<p>13. Divulgação de listas de exemplos de operações potencialmente suspeitas, complementando a informação oficial.</p>	<p>BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES:</p>	<p>BCB: Certa-circular 3542/12. CVM: ICVM 301/99, art. 6º. Susep: Não se aplica.</p>	<p>BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°). Valores: N/A. Seguros: www.seprelad.gov.py. UIF: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°).</p>	<p>BC: Art. 311 de la RNRCSF y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Valores: Art. 201 de la RNMV y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Seguros: Art. 83 de la RNS y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. UIF: No aplica.</p>

2. CONSOLIDADO PAÍSES - ESPAÑOL

ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS MARCOS LEGALES BASADOS EN LAS PAUTAS DE REGULACIÓN MÍNIMA – DOCUMENTO MERCOSUR/GMC/RES. 51/15

Existência, na legislação vigente, das obrigações a seguir:	Argentina	Brasil	Paraguay	Uruguay
<b>I. Con relación a las instituciones financieras:</b>	<b>BC: . Valores: . Seguros: . UIF: . INAES:</b>		<b>BC: . Valores: . Seguros: . UIF: .</b>	
1. Identificación de todos los clientes con aplicación de un enfoque de riesgos, verificando la autenticidad de las informaciones brindadas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1.1. Valores: -. Seguros: Capitulo II de la Resolución UIF 28/2018. UIF: -. INAES: Artículo 20º inciso e) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II, §2º inciso I, art. 2º. Valores: (i) ICVM 301/99, art. 3º-A, Inciso I + (ii) Procedimientos de Supervisión. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art.5º; art. 6º, inciso II, Com relação a análise da veracidade, somente há dispositivo sobre a necessidade de coleta e armazenamento da documentação comprobatória: Art. 8º §1º, com exceções a coleta de documentação nos § 2º a 8º.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 14º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 3º, 6.1º, 8.2.9º, 8.2.14º, 16º, 17º, 20º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º, Art. 1,2,3, Anexo art.1º, 3º, 4º, 5º, Res. N°26/09 SEPRELAD, . UIF: Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º.	BC: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 294 de la RNRCSF. Valores: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 190 y 191 de la RNMV. Seguros: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 72 de la RNS. UIF: No aplica.
2. Identificación del cliente y del beneficiario final (inexistencia de anonimato en cualquier operación);	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. CNV 2013 , Título XI , Sección IV, art. 8 y 9.. Seguros: Art. 29 inc b) pto 7 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 12, 13 inciso k), 14, 15, 16 y 17 inciso a) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 2º e art. 3º. Valores: (i) ICVM 301/99, arts. 3º e 3º-A + (ii) ICVM 461/07, art. 56 + (iii) ICVM 505/11, art. 35. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 7º e art. 8º, com exceção prevista na Circular Susep 365, Anexo IV, §2º.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 16º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 4º, 6.2º, 16º, 17º, 18.4º, 20.1º, 20.3º ). Valores: Resolución SEPRELAD N° 436/2011 (Art. 1º, 2º y 3º) y Resolución SEPRELAD N° 432/2010 (Art. 1º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º ,Ley N°827/96 Seguros, Res. N°436/11, Res. N°614/17, Res. N°26/09 SEPRELAD Art. 2º, 3º, Anexo art. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 16º) .	BC: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 295 de la RNRCSF. Valores: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 190 y 192 de la RNMV. Seguros: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 74 de la RNS. UIF: No aplica.
3. Identificación con precisión del propósito de la relación de negocios;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 11 y 20 inciso c) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 2º, inciso V. Valores: ICVM 301/99, Anexo I, art. 2º, § 1º. Seguros: Não há.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 17º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 4º, 8.2.9º, 19º, 20º, 23º, 24º, 33.2.3º, 33.5.4.1º, 33.5.4.5º, 34.4º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 4º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14º, 15º, 16º y 17º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 17º).	BC: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 294 de la RNRCSF. Valores: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 189 de la RNMV. Seguros: Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 72 de la RNS. UIF: No aplica.
4. Identificación de terceras personas autorizadas a representar al cliente, así como de controladores, administradores y directores, en el caso de personas jurídicas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 13 inciso h) y 15 de la Resolución UIF N° 11/2012	BC: Circular 3461, art. 2º, §1º, 2º, 3º e 4º . Valores: ICVM 301/99, Anexo I, art. 1º, Inciso II. Seguros: Circular SUSEP nº 445 Art. 3º, inc IV e c/c art. 6º, inc II c/c art. 7º, I (pessoa natural); Circular SUSEP nº 445 Art. 7º, inc I, alínea e (pessoa jurídica).	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 15º y 16º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 16º, 17º, 20º y 21º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 5º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 3º, 4º, 5º, 16º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 15º y 16º) .	BC: Art. 297 de la RNRCSF. Valores: Art. 191 de la RNMV. Seguros: Art. 72 de la RNS. UIF: No aplica.
5. Mantenimiento de la información y documentación actualizadas, en registros de fácil acceso y disponible para la autoridad competente, al inicio de la relación, durante la vigencia de la misma, y por lo menos cinco años, o más	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 17 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 23 de la Resolución UIF N° 11/2012	BC: Circular 3461, art. 2º, §5º, e art. 11º. Valores: ICVM 301/99, arts. 4º e 5º. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 8º, §1º. OBS: Parcialmente prevista, pois não há menção a prazos.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 18º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 16º, 17º y 42º). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 15º). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 6º, 7º de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 18º).	BC: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 492, 493 y 497 de la RNRCSF. Valores: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 255 de la RNMV. Seguros: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 120.8 de la RNS. UIF: No aplica.
6. Implementación de un programa de ALA/CFT basado en riesgo;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 3 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 3 inciso g) y 20 inciso e) párrafo 5to de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II obs: Não está plenamente cumprida; Pendente norma com previsão de publicação até 2018. Valores: (i) ICVM 301/99, art. 6º, §s 1º e 2º + (ii) Ofício-Circular n.º 05/2015/CVM/SML, item 2.1 + (iii) Ofício-Circular nº 5/2015/CVM/SIN; Obs: Não está plenamente cumprida - Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art.5º; art. 6º, inciso II.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 21º) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 8.2.5º). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 1º Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21º).	BC: Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 290 y 291 de la RNRCSF. Valores: Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 185 y 186 de la RNMV. Seguros: Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 67 y 68 de la RNS. UIF: No aplica.

7. Designación de Oficial de Cumplimiento a un funcionario de alto nivel en la institución financiera;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. CNV 2013 , Título XI , Sección IV, art. 2.. Seguros: Art. 11 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 6 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 18º. Valores: ICVM 301/99, art.10; Obs: algumas das pessoas obrigadas da CVM que se submetem à ICVM 301/99 não são consideradas instituições financeiras. Seguros: Circular SUSEP nº 445, Art. 2º §2º.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 9°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 2.3°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 2° Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 291 de la RNRCSF. Valores: Art.188, 297.1, 308.1.1 y 325.1 de la RNMV. Seguros: Art. 71 y 148.1 de la RNS. UIF: No aplica.
8. Reporte a su UIF de hechos u operaciones que presenten indicios relacionados con el LA/FT;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 38 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 25, 26, 27, 28, 29, 30 , 31 y 32 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 12º e 13º. Valores: (i) ICVM 301/99, arts. 6º e 7º + (ii) Oficio-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.2 + (iii) Oficio-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 14 c/c art. 13.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 19°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 32°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 19°, Art. 4° y art. Anexo art. 18° Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Lev N° 3783/09 (Art. 19°).	BC: Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 313 de la RNRCSF. Valores: Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 202 de la RNMV. Seguros: Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 84 y 149.2 de la RNS. UIF: No aplica.
9. Implementación de un sistema de gestión basado en riesgo con procedimientos intensificados de monitoreo para clientes que lo ameriten y requerimientos simplificados para las categorías de clientes de menor riesgo;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 22 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II obs: Não está plenamente cumprida; Pendente norma com previsão de publicação até 2018. Valores: Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018. Seguros: Não há.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 25° y 26°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 1°, 5, 11°, 12°, 13° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 290, 291 y 311.9 de la RNRCSF. Valores: Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 185 y 186 de la RNMV. Seguros: Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 67 y 68 de la RNS. UIF: No aplica.
10. Verificación de los listados de terroristas y organizaciones terroristas emitidos por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, informando a las autoridades competentes en caso de detectar fondos o activos pertenecientes a las personas incluidas en dichos listados;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 21 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artuculos 11 inciso a) y 20 inciso a) de la Resolución UIF Nº 11/2012. Resolución UIF Nº 29/2013 y Decreto Nº 918/2012.	BC: Circular 3461, art. 18ºa. Valores: (i) ICVM 301/99, art. 7º e respectivo §3º + (ii) Oficio-Circular CVM/SMI/SIN 04/15 + Oficio-Circular CVM/SMI/SIN 05/15. Seguros: Carta-Circular nº 001/2016/Susep-CGFIS.	BC: Ley N° 4503/2011 (Art. 2°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 8.2.11°, 20°, 34.8.1°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 18° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 4503/2011 (Art. 2°).	BC: Art. 314 de la RNRCSF. Valores: Art. 203 y 207 de la RNMV. Seguros: Art. 75 de la RNS. UIF: No aplica.
11. Conservación, por un mínimo de 5 años, de los resultados de los análisis de las operaciones sospechosas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 17 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 23 inciso c) y 27 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 16º. Valores: ICVM 301/99, art. 7º, §5º. Seguros: Circular SUSEP nº 445, Art. 12, não há menção ao prazo de guarda.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 8.2.13° y 42°). Valores: Ley N° 1015/97 (Art. 18°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 18°, Anexo art. 7° Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 18°) .	BC: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 492, 493 y 497 de la RNRCSF. Valores: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 255, 255.2, 255.3 y 255.7 de la RNMV. Seguros: Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 120.8 de la RNS. UIF: No aplica.
12. Identificación de lo cliente que se encuadre en la categoría PEP con monitoreo continuo y reforzado de las transacciones;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 21 y 22 de la Resolución UIF 28/2018, Resolución UIF Nº 52/2012. UIF: . INAES: Artículos 11 inciso a), 12 inciso j), 13 inciso i) y 20 inciso b) de la Resolución UIF Nº 11/2012. Resolución UIF Nº 52/2012	BC: Circular 3461, art. 4º, art. 10º inciso 2º, art. 10 §1º. Valores: ICVM 301, arts. 3º A, 3º-B e 6º, §s 1º e 2º. Seguros: Circular SUSEP nº 445, Identificação do Cliente: Art. 4º §2º e Art. 7º, inc. I, alínea g e art. 7º, inc. II, alínea e. Documentos colhidos na identificação em caso de PEP: Art. 8º, §4º; Monitoramento reforçado e contínuo das transações: Art. 10º.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.1°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. N° 6.1°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 18° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art.20 de la Ley 19.574 Art. 301 de la RNRCSF. Valores: Art. 20 de la Ley 19.574 Art. 196 de la RNMV. Seguros: Art. 20 de la Ley 19.574 Art. 76 de la RNS. UIF: No aplica.
13. Identificación y examen de operaciones sospechosas;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: . Seguros: Art. 38 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículos 18 y 25 de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 13º. Valores: (i) ICVM 301/99, arts. 6º e 7º + (ii) Oficio-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.2 + (iii) Oficio-Circular n.º 5/2015/CVM/SIN. Seguros: Art. 13, inc II, alíneas de "a" a "m" c/c art. 13, § §2º e 3º.	BC: Ley N° 3783/2009 (Art. 19°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21° y 32°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 19°, Art. 4° y art. Anexo art. 18° Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Lev N° 3783/2009 (Art. 19°).	BC: Art. 291 y 315 de la RNRCSF. Valores: Art. 202 y 205 de la RNMV. Seguros: Art. 82, 84 y 85 de la RNS. UIF: No aplica.
14. Examen atento de las operaciones con personas e instituciones financieras situadas en países que no aplican o aplican inadecuadamente las Recomendaciones del GAFI;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O.CNV 2013, Sec. III. art.4. Seguros: Art. 22 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Artículo 17 inciso f) de la Resolución UIF Nº 11/2012.	BC: Circular 3461, art. 10º inciso V, combinado com art. 10º §1º circular 3961 art. 32º. Valores: ICVM 301/99, art. 6º, inciso VIII - Obs. Periodicamente a CVM, por meio da SMI e da SIN, publicam ofícios circulares visando disseminar para os participantes do mercado de valores mobiliários as listas atualizadas do GAFI/FATF. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 10.	BC: Resolución N° 266/2013 (Art. 2°, 3°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (8.2.11°, 21.7°, 34.8°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 18° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 300 de la RNRCSF. Valores: Art. 195 de la RNMV. Seguros: Art. 78 de la RNS. UIF: No aplica.
15. Intensificación de los procedimientos de monitoreo de productos u operaciones efectuadas por medio de nuevas tecnologías, que puedan favorecer al anonimato;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Seguros: Art. 28 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 10º inciso I, III, IV e VI, combinado com art. 10º §1º. Art. 1º §1º inciso IV. Valores: ICVM n.º 301/99, art. 9º, alínea "b". Seguros: Não há.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.2.2°, 21.6°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.4°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Anexo art. 15° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 299 de la RNRCSF. Valores: Art. 194 de la RNMV. Seguros: Art. 77 de la RNS. UIF: No aplica.

16. Obtención de informaciones suficientes para la comprensión de la naturaleza de las actividades y la reputación de las instituciones financieras en el exterior, con las cuales mantenga relación de corresponsalia bancaria;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Seguros: . UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 1º §4º Circular 3961 art. 166º e art. 170º. Valores: Não aplicável. Seguros: Não se aplica.	BC: Resolución N° 266/2013 (Art. 6°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.3°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.3°). Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 303 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: No aplica. UIF: No aplica.
17. Garantía de que las filiales, sucursales o agencias en el exterior estén sujetas a los mismos principios aplicados localmente o bien superiores a los establecidos localmente;	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Seguros: Art. 15 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES:	BC: Circular 3461, art. 1º §5º e §6º. Valores: Não há. Seguros: Circular SUSEP nº 445, art. 2º §1º.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.4° y 21.7°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.2°). Seguros: . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 21°).	BC: Art. 303 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: Art. 67 de la RNS. UIF: No aplica.
18. Inclusión de informaciones precisas, que permitan identificar, registrar y conservar toda información vinculada con el o los ordenantes, con el o los destinatarios; y, el o los beneficiarios de las operaciones de transferencias de fondos recibidas o remitidas (nombre, dirección, datos de la cuenta), garantizando que estas informaciones de identificación estén incluidas en toda la cadena de pagos.	BC: T.O. PLA/FT, punto 1.1. Valores: Res. UIF 21/2018, art. 38.. Seguros: Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018. UIF: . INAES: Parcialmente artículo 11 inciso b) de la Resolución UIF N° 11/2012.	BC: Circular 3961 art. 11º. Valores: ICMV 301/99, arts. 4º e 5º, naquilo que couber. Seguros: Não se aplica.	BC: Ley N° 1015/1997 (Art. 14°, 15°, 16°, 17°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 27°, 28°, 29° y 30°). Valores: N/A. Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 1015/1997 (Art. 14°, 15°, 16°, 17°).	BC: Art. 306 y 307 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: No aplica. UIF: No aplica.
<b>II.En relación a los Reguladores / Supervisores:</b>	<b>Argentina</b>	<b>Brasil</b>	<b>Paraguay</b>	<b>Uruguai</b>
1.Promoción de la aplicación efectiva de las recomendaciones y documentos del GAFI / GAFILAT / GAFIC;	BC: Res. UIF 12/2011, art. 10. Valores: Res. UIF 22/2011, art. 10. Seguros: Resolución UIF 28/2018 Y Resolución UIF 19/2011. UIF: . INAES:	BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação). Susep: Procedimentos de fiscalização.	BC: Resolución N° 266/13 (Art. 1°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°). Valores: N/A. Seguros: Ley N°827/96 art. Art. 61 inc. s); Actas/minutas de cierre de supervisión y retroalimentación sobre Recomendaciones GAFI, GAFILAT/GAFIC. UIF: Resolución N° 266/13 (Art. 1°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°).	
2. Inclusión del enfoque basado en riesgo en la supervisión a las instituciones financieras, así como la promoción de la inclusión de este enfoque en la regulación que se emita;	BC: Res. UIF xx/2018, art. 1. Valores: Res. UIF 21/2018, art. 1. Seguros: Resolución UIF 229/2014. UIF: . INAES: Resolución INAES N° 907/2018 - Nueva Matriz de Riesgos y Alertas elaborada con un enfoque basado en riesgos. De la misma se confecciona el Plan Anual de Supervisiones.	BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de Supervisão - Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018. Susep: Procedimentos de fiscalização.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1.2° y 33°). Valores: N/A. Seguros: En proceso de sistematización.. UIF: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1.2° y 33°).	BC: Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros. Valores: Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros. Seguros: Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros. UIF: No aplica.
3. Detención de facultades suficientes para supervisar o monitorear las instituciones financieras y requerir cualquier información y documentación que sean consideradas necesarias para asegurar el cumplimiento de las exigencias en materia de ALA/CFT;	BC: Ley 25.246, art. 14, inc. 7, último párrafo; Res. UIF xx/2018, art. 3-4.. Valores: Seguros: Ley 25.246, art. 14, inc. 7, último párrafo; Ley 20.091; Resolución UIF 19/2011. UIF: . INAES: Resolución UIF N° 12/2012 Anexo I, Resolución UIF N° 229/2014 y Resoluciones INAES N° 5586/12, 5587/12, 5588/12 y 806/18.	BCB: Lei 4595 - art. 10º inciso IX, Lei 9613 art. 9º, 10º, 11º e 12º. CVM: (i) Lei n.º 6.385/76, arts. 8º e 9º + (ii) Lei n.º 9.613/98, art. 10. Susep: Decreto-Lei nº 73 - art. 36º, alínea h e Lei 9.613 art. 9º, 10º, 11º e 12º.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.1°, 28.2°, 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°). Valores: Resolución CNV N° 1103/2008 (Art. 2°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 29° Modificado por Ley N°3,783/09 art. 1°, Ley N°827/96 Seguros art. 61° incisos c), q); art. 67°, 68°, 113°, 130°; Anexo art. 7° de la Res. N°26/09 de SEPRELAD.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.1°, 28.2°, 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°).	BC: Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU. Seguros: Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU. UIF: Art. 26 Ley 19.574.
4. Aplicación de sanciones administrativas adecuadas en el caso de incumplimiento de la normativa sobre la materia;	BC: Ley 25.246, art. 23-24; Res. UIF xx/2018, art. 12. Valores: Seguros: Ley 25.246, art. 23-24. UIF: . INAES: Resolución INAES N° 1659/2016, s/ suspensión y abstención de la prestación del servicio de crédito.	BCB: Lei 9613 art 12º Circular 3858/17. CVM: (i) Lei n.º 6.385/76, arts. 11 e 12 + (ii) Lei n.º 13.506/17. Susep: Lei 9613 art 12º e Resolução CNSP 97.	BC: Ley N° 489/95 (Art. 83°), Ley N° 1015/97 (Art. 24° y 25° ), Ley N° 3783/09 (Art. 28.8° y 29°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 40°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 13°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 29° Modificado por Ley N°3,783/09 art. 1°, Ley N°827/96 Seguros art. 109° al 119° SANCIÓN, PENAS Y APLICACIÓN.. UIF: Ley N° 489/95 (Art. 83°), Ley N° 1015/97 (Art. 24° y 25° ), Ley N° 3783/09 (Art. 28.8° y 29°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 40°).	BC: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Seguros: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. UIF: No aplica.
5. Protección a las instituciones financieras y sus representantes contra cualquier responsabilidad civil, penal o administrativa, por la violación de cualquier regla de secreto, cuando de buena fe efectuaren reportes de operaciones sospechosas a la UIF;	BC: Ley 25.246, art. 18. Valores: Ley 25.246, art. 18. Seguros: Ley 25.246, art. 18. UIF: . INAES: Artículo 18 de la Ley N° 25.246.	BCB: Lei 9613 art 11º §2º. CVM: (i) Lei n.º 9.613/98, art. 11, §2º + (ii) ICMV n.º 301/99, art. 7º, §2º. Susep: Lei 9613 art 11º §2º.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 34°) . Valores: Ley N° 1015/97 (Art. 34°). Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 34°) .	BC: Art. 23 de la Ley 19.574. Valores: Art. 23 de la Ley 19.574. Seguros: Art. 23 de la Ley 19.574. UIF: No aplica.

6. Prohibición a los Sujetos Obligados de divulgación a las personas involucradas o a terceros de las investigaciones y los reportes de operaciones sospechosas de ALA/CFT;	BC: Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.. Valores: Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.. Seguros: Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.. UIF: . INAES: Artículos 21 inciso c) y artículo 22 de la Ley Nº 25.246.	BCB: Lei 9613 art. 11º inciso II, combinado com a circular 3461 art. 14º. CVM: (i) Lei n.º 9.613/98, art. 11, Inciso III + (ii) ICVM n.º 301/99, art. 7º. Susep: Lei 9613 art. 11º inciso II.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 20°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 39°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12.4°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 20°; Anexo art. 8° Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 20°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 39°).	BC: Art. 22 de la Ley 19.574. Valores: Art. 22 de la Ley 19.574. Seguros: Art. 22 de la Ley 19.574. UIF: No aplica.
7. Impedimento del establecimiento o la continuidad de la operatoria de bancos pantalla en su territorio;	BC: Texto Ordenado de "Autorización y Composición del Capital de Entidades Financieras" del BCRA, art. 2.4.12 y 5.1.4.. Valores: -. Seguros: Ley 20.091 artículo 48. UIF: . INAES: Resolución INAES Nº 1659/2016 y las sanciones contempladas en el Artículo 101 inciso c) de la Ley 20,337 y Artículo 35 inciso d) de la Ley Nº 20.321, respecto al retiro de la autorización para funcionar.	BCB: Resolução 4122, Regulamento anexo I, art. 6º inciso V Regulamento anexo II, art.2º inciso I. CVM: Lei n.º 6.385/76, arts. 11, (Inciso IV, V e VII), 16, 18 (Inciso I, alínea "a"), 19, 21 e 26 - demais normas da CVM que regulamentam as situações, atuações ou prestação de serviços que necessitarão do respectivo registro. Susep: Resolução CNSP 330, anexo I.	BC: Ley N° 861/96 (Art. 5° y 6°), Ley N° 3783/09 (Art. 1°), Ley N° 4100/10 (Art. 1°) y Resolución N° 266/13 (Art. 6°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°827/96 Seguros art. 3°, 4°, 110°.. UIF: Ley N° 861/96 (Art. 5° y 6°), Ley N° 3783/09 (Art. 1°), Ley N° 4100/10 (Art. 1°) y Resolución N° 266/13 (Art. 6°).	BC: Art. 14, 16, 17 y 18 de la RNRCSF. Valores: No aplica . Seguros: No aplica. UIF: No aplica.
8. Promoción de la cooperación internacional con sus contrapartes extranjeras, facilitando el intercambio de información en el marco de las tareas de supervisión a cargo;	BC: Ley 24.144 y modif., art. 4, inc. c.. Valores: Ley 26.831 y modif., Cap. V, art. 25, 26 y 27. . Seguros: . UIF: . INAES:	BCB: Lei complementar 105, art. 2º §4. CVM: (i) Lei n.º 6.385/76, art. 10 + (ii) Lei Complementar n.º 105, art. 2º, §4º. Susep: Lei Complementar 126/2007, Art. 25, § 2º, inciso II.	BC: Ley N° 1015/97 (Art. 33°). Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 33°; Ley N°4100/10 y N°5582/16 Que internalizan y aprueban enmienda del MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO DEL GAFI.. UIF: Ley N° 1015/97 (Art. 33°). BC: Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°). Valores: Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 2.2°). Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N° 827/96 De Seguros art. 8° inciso d); Anexo art. 2° de Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°)	BC: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. Seguros: Art. 35 de la Carta Organica del BCU. UIF: No aplica.
9. Adopción de procedimientos adecuados tendientes a evitar que criminales y sus cómplices adquieran participación significativa u ocupen funciones de dirección en instituciones financieras;	BC: Texto Ordenado de "Autorización y Composición del Capital de Entidades Financieras" del BCRA.. Valores: T.O. CNV 2013, Sec. IV, art. 10.. Seguros: Resolución SSN 38.708/2014 artículo 7 y 9. UIF: . INAES: Artículo 64 de la Ley Nº 20.337, Artículo 13 de la Ley Nº 20.321 y Resolución INAES Nº 2036/2003 para cooperativas de crédito.	BCB: Resolução 4122, Regulamento anexo I, art. 6º inciso V, art. 16º Regulamento anexo II, art.2º inciso I. CVM: . Susep: Resolução CNSP 330, anexo II.	BC: Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°) BC: Ley N° 489/95 (Art. 34.h°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°) . Valores: N/A. Seguros: 40 Rec. Gafi, Ley N° 827/96 De Seguros Res. Gob. Corporativo; Anexo art. 2° inciso a) Res. N°26/09 SEPRELAD. . UIF: Ley N° 489/95 (Art. 34.h°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°) .	BC: Art. 14, 16, 17 y 18 de la RNRCSF. Valores: Art. 55, 55.1, 55.2, 64, 64.1, 64.2, 72, 72.1, 72.2, 101, 101.1, 101.2, 126, 126.1 y 126.2 de la RNMV. Seguros: Art. 4, 4.1, 6, 7, 147.1, 148 y 149 de la RNS. UIF: No aplica.
10. Establecimiento de directrices que permitan el retorno de información a las instituciones financieras respecto a tendencias o nuevas operatorias con el objetivo de contribuir a la mejora de sus sistemas de ALA/CFT;	BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES:	BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação). Susep: Procedimentos de fiscalização.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°). Valores: N/A. Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°).	BC: Art. 311 de la RNRCSF y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Valores: Art. 201 de la RNMV y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Seguros: Art. 83 de la RNS y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. UIF: No aplica.
11. Autorización, registro y supervisión de las personas naturales y jurídicas que prestan cualquier servicio alternativo de transmisión de dinero o valores;	BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES: Decreto 721/2000. Misiones y funciones asignadas al INAES.	BCB: Resolução 3568 art. 1º e art. 2º Circular 3691 art. 33. CVM: . Susep: Não se aplica.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°). Valores: N/A. Seguros: No aplica.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°).	
12. Mantenimiento de estadísticas relacionadas con las informaciones resultantes de la actividad de supervisión de las instituciones financieras;	BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES: Artículo 5 del Anexo I de la Resolución UIF Nº 12/2012 - Informes trimestrales.	BCB: Procedimentos de supervisão. CVM: Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação). Susep: Procedimentos de fiscalização.	BC: Ley N° 3783/09 (Art. 28.4°). Valores: Informes de la Dirección de Inspección y Fiscalización de la CNV. Seguros: Superintendencia de Seguros Res. SS.SG N°203/16 Regimen de Provisión de Datos Central de Informaciones.. UIF: Ley N° 3783/09 (Art. 28.4°).	BC: Art. 38 de la Carta Organica del BCU. Valores: Art. 38 de la Carta Organica del BCU. Seguros: - Art. 38 de la Carta Organica del BCU. UIF: No aplica.
13. Divulgación de listas de ejemplos de operaciones potencialmente sospechosas, complementando la información oficial.	BC: -. Valores: -. Seguros: . UIF: . INAES:	BCB: Certa-circular 3542/12. CVM: ICVM 301/99, art. 6º. Susep: Não se aplica.	BC: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°). Valores: N/A. Seguros: www.seprelad.gov.py. UIF: Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°).	BC: Art. 311 de la RNRCSF y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Valores: Art. 201 de la RNMV y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. Seguros: Art. 83 de la RNS y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191. UIF: No aplica.



3. DETALLE ARGENTINA

ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS MARCOS LEGALES BASADOS EN LAS PAUTAS DE REGULACIÓN MÍNIMA – DOCUMENTO MERCOSUR/GMC/RES. 51/15

ARGENTINA

Existencia, en la legislación vigente, de las obligaciones siguientes:	Banco Central	Valores	Seguros	UIF	INAEs - Cooperativas y Mutuales
<b>I. Con relación a las instituciones financieras:</b>					
1. Identificación de todos los clientes con aplicación de un enfoque de riesgos, verificando la autenticidad de las informaciones brindadas;	T.O. PLA/FT, punto 1.1.1	-	Capitulo II de la Resolución UIF 28/2018	-	Artículo 20º inciso e) de la Resolución UIF N° 11/2012.
2. Identificación del cliente y del beneficiario final (inexistencia de anonimato en cualquier operación);	T.O. PLA/FT, punto 1.1	T.O. CNV 2013 , Título XI , Sección IV, art. 8 y 9.	Art. 29 inc b) pto 7 de la Resolución UIF 28/2018		Artículos 12, 13 inciso k), 14, 15, 16 y 17 inciso a) de la Resolución UIF N° 11/2012.
3. Identificación con precisión del propósito de la relación de negocios;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018		Artículos 11 y 20 inciso c) de la Resolución UIF N° 11/2012.
4. Identificación de terceras personas autorizadas a representar al cliente, así como de controladores, administradores y directores, en el caso de personas jurídicas;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018		Artículo 13 inciso h) y 15 de la Resolución UIF N° 11/2012
5. Mantenimiento de la información y documentación actualizadas, en registros de fácil acceso y disponible para la autoridad competente, al inicio de la relación, durante la vigencia de la misma, y por lo menos cinco años, o más	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 17 de la Resolución UIF 28/2018		Artículo 23 de la Resolución UIF N° 11/2012
6. Implementación de un programa de ALA/CFT basado en riesgo;	T.O. PLA/FT, punto 1.1		Art. 3 de la Resolución UIF 28/2018		Artículo 3 inciso g) y 20 inciso e) párrafo 5to de la Resolución UIF N° 11/2012.
7. Designación de Oficial de Cumplimiento a un funcionario de alto nivel en la institución financiera;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	T.O. CNV 2013 , Título XI , Sección IV, art. 2.	Art. 11 de la Resolución UIF 28/2018		Artículo 6 de la Resolución UIF N° 11/2012.
8. Reporte a su UIF de hechos u operaciones que presenten indicios relacionados con el LA/FT;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 38 de la Resolución UIF 28/2018		Artículos 25, 26, 27, 28, 29, 30 , 31 y 32 de la Resolución UIF N° 11/2012.
9. Implementación de un sistema de gestión basado en riesgo con procedimientos intensificados de monitoreo para clientes que lo ameriten y requerimientos simplificados para las categorías de clientes de menor riesgo;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 22 de la Resolución UIF 28/2018		
10. Verificación de los listados de terroristas y organizaciones terroristas emitidos por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, informando a las autoridades competentes en caso de detectar fondos o activos pertenecientes a las personas incluidas en dichos listados;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 21 de la Resolución UIF 28/2018		Artuculos 11 inciso a) y 20 inciso a) de la Resolución UIF N° 11/2012. Resolución UIF N° 29/2013 y Decreto N° 918/2012.
11. Conservación, por un mínimo de 5 años, de los resultados de los análisis de las operaciones sospechosas;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 17 de la Resolución UIF 28/2018		Artículos 23 inciso c) y 27 de la Resolución UIF N° 11/2012.
12. Identificación de lo cliente que se encuadre en la categoría PEP con monitoreo continuo y reforzado de las transacciones;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 21 y 22 de la Resolución UIF 28/2018, Resolución UIF N° 52/2012		Artículos 11 inciso a), 12 inciso j), 13 inciso i) y 20 inciso b) de la Resolución UIF N° 11/2012. Resolución UIF N° 52/2012
13. Identificación y examen de operaciones sospechosas;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	-	Art. 38 de la Resolución UIF 28/2018		Artículos 18 y 25 de la Resolución UIF N° 11/2012.
14. Examen atento de las operaciones con personas e instituciones financieras situadas en países que no aplican o aplican inadecuadamente las Recomendaciones del GAFI;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	T.O.CNV 2013, Sec. III. art.4	Art. 22 de la Resolución UIF 28/2018		Artículo 17 inciso f) de la Resolución UIF N° 11/2012.
15. Intensificación de los procedimientos de monitoreo de productos u operaciones efectuadas por medio de nuevas tecnologías, que puedan favorecer al anonimato;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	T.O. PLA/FT, punto 1.1	Art. 28 de la Resolución UIF 28/2018		

16. Obtención de informaciones suficientes para la comprensión de la naturaleza de las actividades y la reputación de las instituciones financieras en el exterior, con las cuales mantenga relación de corresponsalia bancaria;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	T.O. PLA/FT, punto 1.1			
17. Garantía de que las filiales, sucursales o agencias en el exterior estén sujetas a los mismos principios aplicados localmente o bien superiores a los establecidos localmente;	T.O. PLA/FT, punto 1.1	T.O. PLA/FT, punto 1.1	Art. 15 de la Resolución UIF 28/2018		
18. Inclusión de informaciones precisas, que permitan identificar, registrar y conservar toda información vinculada con el o los ordenantes, con el o los destinatarios; y, el o los beneficiarios de las operaciones de transferencias de fondos recibidas o remitidas (nombre, dirección, datos de la cuenta), garantizando que estas informaciones de identificación estén incluidas en toda la cadena de pagos.	T.O. PLA/FT, punto 1.1	Res. UIF 21/2018, art. 38.	Art. 27 de la Resolución UIF 28/2018		Parcialmente artículo 11 inciso b) de la Resolución UIF N° 11/2012.
<b>II.En relación a los Reguladores / Supervisores:</b>	<b>Banco Central</b>	<b>Valores</b>	<b>Seguros</b>	<b>UIF</b>	<b>INAES</b>
1.Promoción de la aplicación efectiva de las recomendaciones y documentos del GAFI / GAFILAT / GAFIC;	Res. UIF 12/2011, art. 10	Res. UIF 22/2011, art. 10	Resolución UIF 28/2018 Y Resolución UIF 19/2011		
2. Inclusión del enfoque basado en riesgo en la supervisión a las instituciones financieras, así como la promoción de la inclusión de este enfoque en la regulación que se emita;	Res. UIF xx/2018, art. 1	Res. UIF 21/2018, art. 1	Resolución UIF 229/2014		Resolución INAES N° 907/2018 - Nueva Matriz de Riesgos y Alertas elaborada con un enfoque basado en riesgos. De la misma se confecciona el Plan Anual de Supervisiones
3. Detención de facultades suficientes para supervisar o monitorear las instituciones financieras y requerir cualquier información y documentación que sean consideradas necesarias para asegurar el cumplimiento de las exigencias en materia de ALA/CFT;	Ley 25.246, art. 14, inc. 7, último párrafo; Res. UIF xx/2018, art. 3-4.	-	Ley 25.246, art. 14, inc. 7, último párrafo; Ley 20.091; Resolución UIF 19/2011		Resolución UIF N° 12/2012 Anexo I, Resolución UIF N° 229/2014 y Resoluciones INAES N° 5586/12, 5587/12, 5588/12 y 806/18.
4. Aplicación de sanciones administrativas adecuadas en el caso de incumplimiento de la normativa sobre la materia;	Ley 25.246, art. 23-24; Res. UIF xx/2018, art. 12	-	Ley 25.246, art. 23-24		Resolución INAES N° 1659/2016, s/ suspensión y abstención de la prestación del servicio de crédito.
5. Protección a las instituciones financieras y sus representantes contra cualquier responsabilidad civil, penal o administrativa, por la violación de cualquier regla de secreto, cuando de buena fe efectuaren reportes de operaciones sospechosas a la UIF;	Ley 25.246, art. 18	Ley 25.246, art. 18	Ley 25.246, art. 18		Artículo 18 de la Ley N° 25.246.
6. Prohibición a los Sujetos Obligados de divulgación a las personas involucradas o a terceros de las investigaciones y los reportes de operaciones sospechosas de ALA/CFT;	Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.	Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.	Ley 25.246, art. 21 inc. c y art. 22.		Artículos 21 inciso c) y artículo 22 de la Ley N° 25.246.
7. Impedimento del establecimiento o la continuidad de la operatoria de bancos pantalla en su territorio;	Texto Ordenado de "Autorización y Composición del Capital de Entidades Financieras" del BCRA, art. 2.4.12 y 5.1.4.	-	Ley 20.091 artículo 48		Resolución INAES N° 1659/2016 y las sanciones contempladas en el Artículo 101 inciso c) de la Ley 20,337 y Artículo 35 inciso d) de la Ley N° 20.321, respecto al retiro de la autorización para funcionar.
8. Promoción de la cooperación internacional con sus contrapartes extranjeras, facilitando el intercambio de información en el marco de las tareas de supervisión a cargo;	Ley 24.144 y modif., art. 4, inc. c.	Ley 26.831 y modif., Cap. V, art. 25, 26 y 27.			
9. Adopción de procedimientos adecuados tendientes a evitar que criminales y sus cómplices adquieran participación significativa u ocupen funciones de dirección en instituciones financieras;	Texto Ordenado de "Autorización y Composición del Capital de Entidades Financieras" del BCRA.	T.O. CNV 2013, Sec. IV, art. 10.	Resolución SSN 38.708/2014 artículo 7 y 9		Artículo 64 de la Ley N° 20.337, Artículo 13 de la Ley N° 20.321 y Resolución INAES N° 2036/2003 para cooperativas de crédito.

10. Establecimiento de directrices que permitan el retorno de información a las instituciones financieras respecto a tendencias o nuevas operatorias con el objetivo de contribuir a la mejora de sus sistemas de ALA/CFT;	-	-			
11. Autorización, registro y supervisión de las personas naturales y jurídicas que prestan cualquier servicio alternativo de transmisión de dinero o valores;	-	-			Decreto 721/2000. Misiones y funciones asignadas al INAES.
12. Mantenimiento de estadísticas relacionadas con las informaciones resultantes de la actividad de supervisión de las instituciones financieras;	-	-			Artículo 5 del Anexo I de la Resolución UIF N° 12/2012 - Informes trimestrales.
13. Divulgación de listas de ejemplos de operaciones potencialmente sospechosas, complementando la información oficial.	-	-			

#### 4. DETALHE BRASIL

#### ANÁLISE COMPARATIVA DOS MARCOS LEGAIS BASEADA NAS PAUTAS DE REGULAÇÃO MÍNIMA – DOCUMENTO MERCOSUL/GMC/RES. 51/15

I. Existência, na legislação vigente, das obrigações a seguir:	BCB	COAF	CVM	SUSEP
1. Identificação de todos os cliente com aplicação de um enfoque no risco e verificação da autenticidade das informações prestadas;	Circular 3461, art. 1º, §1º, inciso II, §2º inciso I, art. 2º		(i) ICVM 301/99, art. 3º-A, Inciso I + (ii) Procedimentos de Supervisão	Circular SUSEP nº 445, art.5º; art. 6º, inciso II, Com relação a análise da veracidade, somente há dispositivo sobre a necessidade de coleta e armazenamento da documentação comprobatória: Art. 8º §1º, com exceções a coleta de documentação nos § §2º a 8º
2. Identificação do cliente e beneficiário final (inexistência de anonimato em qualquer operação);	Circular 3461, art. 2º e art. 3º		(i) ICVM 301/99, arts. 3º e 3º-A + (ii) ICVM 461/07, art. 56 + (iii) ICVM 505/11, art. 35	Circular SUSEP nº 445, art. 7º e art. 8º, com exceção prevista na Circular Susep 365, Anexo IV, §2º
3. Identificação com precisão do propósito da relação de negócio;	Circular 3461, art. 2º, inciso V		ICVM 301/99, Anexo I, art. 2º, § 1º	Não há
4. Identificação de terceiras pessoas autorizadas a representar o cliente, bem como de controladores, administradores e diretores, no caso de pessoas jurídicas	Circular 3461, art. 2º, §1º, 2º, 3º e 4º		ICVM 301/99, Anexo I, art. 1º, Inciso II	Circular SUSEP nº 445 Art. 3º, inc IV e c/c art. 6º, inc II c/c art. 7º, I (pessoa natural); Circular SUSEP nº 445 Art. 7º, inc I, alínea e (pessoa jurídica)
5. Manutenção da informação e documentação atualizadas, em registros de fácil acesso e disponibilidade para a autoridade competente, no início da relação, durante a vigência da mesma, e pelo menos cinco anos, ou mais;	Circular 3461, art. 2º, §5º, e art. 11º		ICVM 301/99, arts. 4º e 5º	Circular SUSEP nº 445, art. 8º , §1º. OBS: Parcialmente prevista, pois não há menção a prazos

6. Implementação de programa de PLD/FT baseado no risco;	Circular 3461, art. 1ª, §1º, inciso II obs: Não está plenamente cumprida; Pendente norma com previsão de publicação até 2018		(i) ICVM 301/99, art. 6º, §s 1º e 2º + (ii) Ofício-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.1 + (iii) Ofício-Circular n.º 5/2015/CVM/SIN; Obs: Não está plenamente cumprida - Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018	Circular SUSEP nº 445, art.5º; art. 6º, inciso II
7. Designação de Diretor de Cumprimento um funcionário de alto nível na instituição financeira;	Circular 3461, art. 18º		ICVM 301/99, art.10; Obs: algumas das pessoas obrigadas da CVM que se submetem à ICVM 301/99 não são consideradas instituições financeiras	Circular SUSEP nº 445, Art. 2º §2º
8. Comunicação à FIU fatos ou operações que apresentem indícios relacionados com LD/FT;	Circular 3461, art. 12º e 13º		(i) ICVM 301/99, arts. 6º e 7º + (ii) Ofício-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.2 + (iii) Ofício-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI	Circular SUSEP nº 445, art. 14 c/c art. 13
9. Implementação de sistema de gestão baseado no risco com procedimentos reforçados de monitoramento para clientes que o mereçam e requerimentos simplificados para as categorias de clientes de menor risco;	Circular 3461, art. 1ª, §1º, inciso II obs: Não está plenamente cumprida; Pendente norma com previsão de publicação até 2018		Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018	Não há
10. Verificação das listas de terroristas e organizações terroristas emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, informando às autoridades competentes no caso de detectar fundos ou ativos pertencentes às pessoas incluídas em ditas listas;	Circular 3461, art. 18ª		(i) ICVM 301/99, art. 7º e respectivo §3º + (ii) Ofício-Circular CVM/SMI/SIN 04/15 + Ofício-Circular CVM/SMI/SIN 05/15	Carta-Circular nº 001/2016/Susep-CGFIS

11. conservação, por um mínimo de 5 anos, os resultados das análises das operações atípicas;	Circular 3461, art. 16º		ICVM 301/99, art. 7º, §5º	Circular SUSEP nº 445, Art. 12, não há menção ao prazo de guarda
12. Identificação do cliente que se enquadre na categoria PPE/PEP com monitoramento contínuo e reforçado das transações;	Circular 3461, art. 4º, art. 10º inciso 2º, art. 10 §1º		ICVM 301, arts. 3º A, 3º-B e 6º, §s 1º e 2º	Circular SUSEP nº 445, Identificação do Cliente: Art. 4º §2º e Art. 7º, inc. I, alínea g e art. 7º, inc. II, alínea e. Documentos colhidos na identificação em caso de PEP: Art. 8º, §4º; Monitoramento reforçado e contínuo das transações: Art. 10º
13. Identificação e exame das operações suspeitas;	Circular 3461, art. 13º		(i) ICVM 301/99, arts. 6º e 7º + (ii) Ofício-Circular n.º 05/2015/CVM/SMI, item 2.2 + (iii) Ofício-Circular nº 5/2015/CVM/SIN	Art. 13, inc II, alíneas de "a" a "m" c/c art. 13, § 2º e 3º
14. Exame atento das operações com pessoas e instituições financeiras situadas em países que não aplicam ou aplicam inadequadamente as Recomendações do GAFI.	Circular 3461, art. 10º inciso V, combinado com art. 10º §1º circular 3961 art. 32º		ICVM 301/99, art. 6º, inciso VIII - Obs. Periodicamente a CVM, por meio da SMI e da SIN, publicam ofícios circulares visando disseminar para os participantes do mercado de valores mobiliários as listas atualizadas do GAFI/FATF	Circular SUSEP nº 445, art. 10
15. Reforço dos procedimentos de monitoramento de produtos ou operações efetuadas por meio de novas tecnologias, que possam favorecer o anonimato.	Circular 3461, art. 10º inciso I, III, IV e VI, combinado com art. 10º §1º. Art. 1º §1º inciso IV		ICVM n.º 301/99, art. 9º, alínea "b"	Não há
16. Obtenção de informações suficientes para a compreensão da natureza das atividades e a reputação das instituições financeiras no exterior, com as quais mantenha relação de correspondência bancária.	Circular 3461, art. 1º §4º Circular 3961 art. 166º e art. 170º		Não aplicável	Não se aplica
17. Garantia de que as filiais, sucursais ou agências no exterior estejam sujeitas aos mesmos princípios aplicados localmente ou bem superiores aos estabelecidos localmente.	Circular 3461, art. 1º §5º e §6º		Não há	Circular SUSEP nº 445, art. 2º §1º

18. Inclusão de informações precisas, que permitam identificar, registrar e conservar toda informação vinculada com o/os ordenante(s), com o/os destinatário(s); e, o/os beneficiário(s), das operações de transferências de fundos recebidas ou remetidas (nome, endereço, dados da conta), garantindo que essas informações de identificação estejam incluídas em toda a cadeia de pagamentos.	Circular 3961 art. 11º		ICVM 301/99, arts. 4º e 5º, naquilo que couber	Não se aplica
--	------------------------	--	--	---------------

II.Em relação aos Reguladores/ Supervisores:	BCB	COAF	CVM	SUSEP
1. Promoção da aplicação efetiva das recomendações e documentos do GAFI/GAFILAT/GAFIC;	Procedimentos de supervisão		Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação)	Procedimentos de fiscalização
2. Inclusão do enfoque baseado em risco na supervisão das instituições financeiras, assim como a promoção da inclusão desse enfoque na regulação que se emita;	Procedimentos de supervisão		Procedimentos de Supervisão - Pendente nova norma de PLDFT que deverá ser editada até o final de 2018	Procedimentos de fiscalização
3. Detenção de poderes suficientes para inspecionar as instituições financeiras e requerer qualquer informação e documentação que sejam consideradas necessárias para assegurar o cumprimento das exigências na matéria de PLD/FT;	Lei 4595 - art. 10º inciso IX, Lei 9613 art. 9º, 10º, 11º e 12º		(i) Lei n.º 6.385/76, arts. 8º e 9º + (ii) Lei n.º 9.613/98, art. 10	Decreto-Lei nº 73 - art. 36º, alínea h e Lei 9.613 art. 9º, 10º, 11º e 12º
4. Aplicação das sanções administrativas adequadas no caso de descumprimento da normativa sobre a matéria;	Lei 9613 art 12º Circular 3858/17		(i) Lei n.º 6.385/76, arts. 11 e 12 + (ii) Lei n.º 13.506/17	Lei 9613 art 12º e Resolução CNSP 97
5. Proteção às instituições financeiras e seus representantes contra qualquer responsabilidade civil, criminal ou administrativa, pela violação de qualquer regra de segredo, quando de boa-fé efetuarem relatos de operações suspeitas à UIFs;	Lei 9613 art 11º §2º		(i) Lei n.º 9.613/98, art. 11, §2º + (ii) ICVM n.º 301/99, art. 7º, §2º	Lei 9613 art 11º §2º
6. Proibição dos Sujeitos Obrigados divulgarem às pessoas envolvidas ou a terceiros das investigações e os relatos de operações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo;	Lei 9613 art. 11º inciso II, combinado com a circular 3461 art. 14º		(i) Lei n.º 9.613/98, art. 11, Inciso III + (ii) ICVM n.º 301/99, art. 7º	Lei 9613 art. 11º inciso II
7. Impedimento do estabelecimento ou da continuidade da operação de bancos de fachada em seu território;	Resolução 4122, Regulamento anexo I, art. 6º inciso V Regulamento anexo II, art.2º inciso I		Lei n.º 6.385/76, arts. 11, (Inciso IV, V e VII), 16, 18 (Inciso I, alínea "a"), 19, 21 e 26 - demais normas da CVM que regulamentam as situações, atuações ou prestação de serviços que necessitarão do respectivo registro	Resolução CNSP 330, anexo I
8. Promoção da cooperação internacional com suas contrapartes estrangeiras, facilitando o intercâmbio de informação no marco das tarefas de supervisão a seu encargo;	Lei complementar 105, art. 2º §4		(i) Lei n.º 6.385/76, art. 10 + (ii) Lei Complementar n.º 105, art. 2º, §4º	Lei Complementar 126/2007, Art. 25, § 2º, inciso II

9. Adoção de procedimentos tendentes a evitar que criminosos e seus cúmplices adquiram participação significativa ou ocupem funções de direção em instituições financeiras;	Resolução 4122, Regulamento anexo I, art. 6º inciso V, art. 16º Regulamento anexo II, art.2º inciso I			Resolução CNSP 330, anexo II
10. Estabelecimento de diretrizes que permitam o retorno de informação às instituições financeiras a respeito de tendências ou novas operações com o objetivo de contribuir para a melhora de seus sistemas de PLD/FT;	Procedimentos de supervisão		Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação)	Procedimentos de fiscalização
11. Autorização e registro e supervisão das pessoas físicas e jurídicas que prestam qualquer serviço alternativo de transmissão de dinheiro ou valores;	Resolução 3568 art. 1º e art. 2º Circular 3691 art. 33			Não se aplica
12. Manutenção de estatísticas relacionadas com as informações resultantes da atividade de supervisão das instituições financeiras.	Procedimentos de supervisão		Procedimentos de supervisão (CVM + Autorregulação)	Procedimentos de fiscalização
13. Divulgação de listas de exemplos de operações potencialmente suspeitas, complementando a informação oficial.	Certa-circular 3542/12		ICVM 301/99, art. 6º	Não se aplica



## 5. DETALLE URUGUAY

### ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS MARCOS LEGALES BASADOS EN LAS PAUTAS DE REGULACIÓN MÍNIMA – DOCUMENTO MERCOSUR/GMC/RES. 51/15

Existencia, en la legislación vigente, de las obligaciones siguientes:	Banco Central	Valores	Seguros	UIF
<b>I. Con relación a las instituciones financieras:</b>				
1. Identificación de todos los clientes con aplicación de un enfoque de riesgos, verificando la autenticidad de las informaciones brindadas;	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 294 de la RNRCSF	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 190 y 191 de la RNMV	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 72 de la RNS	No aplica
2. Identificación del cliente y del beneficiario final (inexistencia de anonimato en cualquier operación);	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 295 de la RNRCSF	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 190 y 192 de la RNMV	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 74 de la RNS	No aplica
3. Identificación con precisión del propósito de la relación de negocios;	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 294 de la RNRCSF	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 189 de la RNMV	Art. 14 y 15 de la Ley 19.574 Art. 72 de la RNS	No aplica
4. Identificación de terceras personas autorizadas a representar al cliente, así como de controladores, administradores y directores, en el caso de personas jurídicas;	Art. 297 de la RNRCSF	Art. 191 de la RNMV	Art. 72 de la RNS	No aplica
5. Mantenimiento de la información y documentación actualizadas, en registros de fácil acceso y disponible para la autoridad competente, al inicio de la relación, durante la vigencia de la misma, y por lo menos cinco años, o más	Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 492, 493 y 497 de la RNRCSF	Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 255 de la RNMV	Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 120.8 de la RNS	No aplica
6. Implementación de un programa de ALA/CFT basado en riesgo;	Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 290 y 291 de la RNRCSF	Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 185 y 186 de la RNMV	Art. 16 de la Ley 19.574 Art. 67 y 68 de la RNS	No aplica
7. Designación de Oficial de Cumplimiento a un funcionario de alto nivel en la institución financiera;	Art. 291 de la RNRCSF	Art.188, 297.1, 308.1.1 y 325.1 de la RNMV	Art. 71 y 148.1 de la RNS	No aplica
8. Reporte a su UIF de hechos u operaciones que presenten indicios relacionados con el LA/FT;	Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 313 de la RNRCSF	Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 202 de la RNMV	Art. 12 de la Ley 19.574 Art. 84 y 149.2 de la RNS.	No aplica
9. Implementación de un sistema de gestión basado en riesgo con procedimientos intensificados de monitoreo para clientes que lo ameriten y requerimientos simplificados para las categorías de clientes de menor riesgo;	Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 290, 291 y 311.9 de la RNRCSF	Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 185 y 186 de la RNMV	Art. 17, 18 y 19 de la Ley 19.574 Art. 67 y 68 de la RNS	No aplica
10. Verificación de los listados de terroristas y organizaciones terroristas emitidos por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, informando a las autoridades competentes en caso de detectar fondos o activos pertenecientes a las personas incluidas en dichos listados;	Art. 314 de la RNRCSF	Art. 203 y 207 de la RNMV	Art. 75 de la RNS	No aplica
11. Conservación, por un mínimo de 5 años, de los resultados de los análisis de las operaciones sospechosas;	Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 492, 493 y 497 de la RNRCSF	Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 255, 255.2, 255.3 y 255.7 de la RNMV	Art. 21 de la Ley 19.574 Art. 120.8 de la RNS	No aplica
12. Identificación de lo cliente que se encuadre en la categoría PEP con monitoreo continuo y reforzado de las transacciones;	Art.20 de la Ley 19.574 Art. 301 de la RNRCSF	Art. 20 de la Ley 19.574 Art. 196 de la RNMV	Art. 20 de la Ley 19.574 Art. 76 de la RNS	No aplica
13. Identificación y examen de operaciones sospechosas;	Art. 291 y 315 de la RNRCSF	Art. 202 y 205 de la RNMV	Art. 82, 84 y 85 de la RNS	No aplica
14. Examen atento de las operaciones con personas e instituciones financieras situadas en países que no aplican o aplican inadecuadamente las Recomendaciones del GAFI;	Art. 300 de la RNRCSF	Art. 195 de la RNMV	Art. 78 de la RNS	No aplica

15. Intensificación de los procedimientos de monitoreo de productos u operaciones efectuadas por medio de nuevas tecnologías, que puedan favorecer al anonimato;	Art. 299 de la RNRCSF	Art. 194 de la RNMV	Art. 77 de la RNS	No aplica
16. Obtención de informaciones suficientes para la comprensión de la naturaleza de las actividades y la reputación de las instituciones financieras en el exterior, con las cuales mantenga relación de corresponsalia bancaria;	Art. 303 de la RNRCSF	No aplica	No aplica	No aplica
17. Garantía de que las filiales, sucursales o agencias en el exterior estén sujetas a los mismos principios aplicados localmente o bien superiores a los establecidos localmente;	Art. 303 de la RNRCSF	No aplica	Art. 67 de la RNS	No aplica
18. Inclusión de informaciones precisas, que permitan identificar, registrar y conservar toda información vinculada con el o los ordenantes, con el o los destinatarios; y, el o los beneficiarios de las operaciones de transferencias de fondos recibidas o remitidas (nombre, dirección, datos de la cuenta), garantizando que estas informaciones de identificación estén incluidas en toda la cadena de pagos.	Art. 306 y 307 de la RNRCSF	No aplica	No aplica	No aplica
<b>II.En relación a los Reguladores / Supervisores:</b>	<b>Banco Central</b>	<b>Valores</b>	<b>Seguros</b>	<b>UIF</b>
1.Promoción de la aplicación efectiva de las recomendaciones y documentos del GAFI / GAFILAT / GAFIC;				
2. Inclusión del enfoque basado en riesgo en la supervisión a las instituciones financieras, así como la promoción de la inclusión de este enfoque en la regulación que se emita;	Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros	Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros	Marco Estrategico de la Superintendencia de Servicios Financieros	No aplica
3. Detención de facultades suficientes para supervisar o monitorear las instituciones financieras y requerir cualquier información y documentación que sean consideradas necesarias para asegurar el cumplimiento de las exigencias en materia de ALA/CFT;	Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU	Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU	Art. 35 y 36 de la Carta Organica del BCU	Art. 26 Ley 19.574
4. Aplicación de sanciones administrativas adecuadas en el caso de incumplimiento de la normativa sobre la materia;	Art. 35 de la Carta Organica del BCU	Art. 35 de la Carta Organica del BCU	Art. 35 de la Carta Organica del BCU	No aplica
5. Protección a las instituciones financieras y sus representantes contra cualquier responsabilidad civil, penal o administrativa, por la violación de cualquier regla de secreto, cuando de buena fe efectuaren reportes de operaciones sospechosas a la UIF;	Art. 23 de la Ley 19.574	Art. 23 de la Ley 19.574	Art. 23 de la Ley 19.574	No aplica
6. Prohibición a los Sujetos Obligados de divulgación a las personas involucradas o a terceros de las investigaciones y los reportes de operaciones sospechosas de ALA/CFT;	Art. 22 de la Ley 19.574	Art. 22 de la Ley 19.574	Art. 22 de la Ley 19.574	No aplica
7. Impedimento del establecimiento o la continuidad de la operatoria de bancos pantalla en su territorio;	Art. 14, 16, 17 y 18 de la RNRCSF	No aplica	No aplica	No aplica
8. Promoción de la cooperación internacional con sus contrapartes extranjeras, facilitando el intercambio de información en el marco de las tareas de supervisión a cargo;	Art. 35 de la Carta Organica del BCU	Art. 35 de la Carta Organica del BCU	Art. 35 de la Carta Organica del BCU	No aplica
9. Adopción de procedimientos adecuados tendientes a evitar que criminales y sus cómplices adquieran participación significativa u ocupen funciones de dirección en instituciones financieras;	Art. 14, 16, 17 y 18 de la RNRCSF	Art. 55, 55.1, 55.2, 64, 64.1, 64.2, 72, 72.1, 72.2, 101, 101.1, 101.2, 126, 126.1 y 126.2 de la RNMV	Art. 4, 4.1, 6, 7, 147.1, 148 y 149 de la RNS	No aplica
10. Establecimiento de directrices que permitan el retorno de información a las instituciones financieras respecto a tendencias o nuevas operatorias con el objetivo de contribuir a la mejora de sus sistemas de ALA/CFT;	Art. 311 de la RNRCSF y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191	Art. 201 de la RNMV y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191	Art. 83 de la RNS y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191	No aplica

11. Autorización, registro y supervisión de las personas naturales y jurídicas que prestan cualquier servicio alternativo de transmisión de dinero o valores;				No aplica
12. Mantenimiento de estadísticas relacionadas con las informaciones resultantes de la actividad de supervisión de las instituciones financieras;	Art. 38 de la Carta Organica del BCU	Art. 38 de la Carta Organica del BCU	Art. 38 de la Carta Organica del BCU	No aplica
13. Divulgación de listas de ejemplos de operaciones potencialmente sospechosas, complementando la información oficial.	Art. 311 de la RNRCSF y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191	Art. 201 de la RNMV y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191	Art. 83 de la RNS y Comunicaciones 2002/198, 2010/216 y 2012/191	No aplica

Glosario:

RNCSF (Recopilación de normas de regulación y control del sistema financiero)

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Sistema%20Financiero/RNRCSF.pdf>

RNMV (Recopilación de normas de mercado de valores)

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Mercado%20de%20Valores/RNMV.pdf>

RNS (Recopilación de Normas de Seguros)

Libro I

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/Libro%20I.pdf>

Libro II

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/Libro%20II.pdf>

Libro III

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/Libro%20III.pdf>

Libro IV

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/Libro%20IV.pdf>

Libro V

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/libro%20V.pdf>

Libro VI

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/Libro%20VI.pdf>

Libro VII

<http://www.bcu.gub.uy/Acerca-de-BCU/Normativa/Documents/Reordenamiento%20de%20la%20Recopilaci%C3%B3n/Seguros/Libro%20VII.pdf>

Comunicación 2002/198

<http://www.bcu.gub.uy/Comunicados/seggco02198.pdf>

Comunicación 2010/216

<http://www.bcu.gub.uy/Comunicados/seggco10216.pdf>

Comunicación 2012/191

<http://www.bcu.gub.uy/Comunicados/seggco12191.pdf>

Ley 19.574

<https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19574-2017>

Marco Estratégico de la Superintendencia de Servicios Financieros

[http://www.bcu.gub.uy/Servicios-Financieros-SSF/Documents/Documentos%20SSF/Marco\\_Estrategico.pdf](http://www.bcu.gub.uy/Servicios-Financieros-SSF/Documents/Documentos%20SSF/Marco_Estrategico.pdf)

## 6. DETALLE PARAGUAY

### ANÁLISIS COMPARATIVO DE LOS MARCOS LEGALES BASADOS EN LAS PAUTAS DE REGULACIÓN MÍNIMA – DOCUMENTO MERCOSUR/GMC/RES. 51/15

#### PARAGUAY

Existencia, en la legislación vigente, de las obligaciones siguientes:	Banco Central	Valores	Seguros	UIF
<b>I. Con relación a las instituciones financieras:</b>				
1. Identificación de todos los clientes con aplicación de un enfoque de riesgos, verificando la autenticidad de las informaciones brindadas;	Ley N° 1015/97 (Art. 14°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 3°, 6.1°, 8.2.9°, 8.2.14°, 16°, 17°, 20°)	N/A	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14°, 15°, 16 y 17°, Art. 1,2,3, Anexo art.1°, 3°, 4°, 5°,Res. N°26/09 SEPRELAD,	Ley N°1015/97 arts. 14°, 15°, 16 y 17°
2. Identificación del cliente y del beneficiario final (inexistencia de anonimato en cualquier operación);	Ley N° 1015/97 (Art. 16°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 4°, 6.2°, 16, 17°, 18.4°, 20.1°, 20.3° )	Resolución SEPRELAD N° 436/2011 (Art. 1°, 2° y 3°) y Resolución SEPRELAD N° 432/2010 (Art. 1°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14°, 15°, 16 y 17° ,Ley N°827/96 Seguros, Res. N°436/11, Res. N°614/17, Res. N°26/09 SEPRELAD Art. 2°, 3°, Anexo art. 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°.	Ley N° 1015/97 (Art. 16°)
3. Identificación con precisión del propósito de la relación de negocios;	Ley N° 1015/97 (Art. 17°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 4°, 8.2.9°, 19°, 20°, 23°, 24°, 33.2.3°, 33.5.4.1°, 33.5.4.5°, 34.4°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 4°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 14°, 15°, 16 y 17° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 17°)
4. Identificación de terceras personas autorizadas a representar al cliente, así como de controladores, administradores y directores, en el caso de personas jurídicas;	Ley N° 1015/97 (Art. 15° y 16°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 16°, 17°, 20° y 21°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 5°)	40 Rec. Gafi, Anexo art. 3°, 4°, 5°, 16° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 15° y 16°)
5. Mantenimiento de la información y documentación actualizadas, en registros de fácil acceso y disponible para la autoridad competente, al inicio de la relación, durante la vigencia de la misma, y por lo menos cinco años, o más	Ley N° 1015/97 (Art. 18°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 16°, 17° y 42°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 15°)	40 Rec. Gafi, Anexo art. 6°, 7° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 18°)
6. Implementación de un programa de ALA/CFT basado en riesgo;	Ley N° 1015/97 (Art. 21°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1°, 2°, 5°, 6°, 7°, 8°, 8.2.5°)	N/A	40 Rec. Gafi, Anexo art. 1° Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
7. Designación de Oficial de Cumplimiento a un funcionario de alto nivel en la institución financiera;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 9°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 2.3°)	40 Rec. Gafi, Anexo art. 2° Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
8. Reporte a su UIF de hechos u operaciones que presenten indicios relacionados con el LA/FT;	Ley N° 3783/09 (Art. 19°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 32°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 19°, Art. 4° y art. Anexo art. 18° Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 3783/09 (Art. 19°)
9. Implementación de un sistema de gestión basado en riesgo con procedimientos intensificados de monitoreo para clientes que lo ameriten y requerimientos simplificados para las categorías de clientes de menor riesgo;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 25° y 26°)	N/A	40 Rec. Gafi, Anexo art. 1°, 5, 11°, 12°, 13° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)

10. Verificación de los listados de terroristas y organizaciones terroristas emitidos por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, informando a las autoridades competentes en caso de detectar fondos o activos pertenecientes a las personas incluidas en dichos listados;	Ley N° 4503/2011 (Art. 2°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 8.2.11°, 20°, 34.8.1°)	N/A	40 Rec. Gafi, Anexo art. 18° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 4503/2011 (Art. 2°)
11. Conservación, por un mínimo de 5 años, de los resultados de los análisis de las operaciones sospechosas;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 8.2.13° y 42°)	Ley N° 1015/97 (Art. 18°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 18°, Anexo art. 7° Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 18°)
12. Identificación de lo cliente que se encuadre en la categoría PEP con monitoreo continuo y reforzado de las transacciones;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.1°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. N° 6.1°)	40 Rec. Gafi, Anexo art. 18° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
13. Identificación y examen de operaciones sospechosas;	Ley N° 3783/2009 (Art. 19°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21° y 32°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 19°, Art. 4° y art. Anexo art. 18° Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 3783/2009 (Art. 19°)
14. Examen atento de las operaciones con personas e instituciones financieras situadas en países que no aplican o aplican inadecuadamente las Recomendaciones del GAFI;	Resolución N° 266/2013 (Art. 2°, 3°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (8.2.11°, 21.7°, 34.8°)	N/A	40 Rec. Gafi, Anexo art. 18° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
15. Intensificación de los procedimientos de monitoreo de productos u operaciones efectuadas por medio de nuevas tecnologías, que puedan favorecer al anonimato;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.2.2°, 21.6°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.4°)	40 Rec. Gafi, Anexo art. 15° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
16. Obtención de informaciones suficientes para la comprensión de la naturaleza de las actividades y la reputación de las instituciones financieras en el exterior, con las cuales mantenga relación de corresponsalía bancaria;	Resolución N° 266/2013 (Art. 6°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.3°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.3°)	No aplica.	Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
17. Garantía de que las filiales, sucursales o agencias en el exterior estén sujetas a los mismos principios aplicados localmente o bien superiores a los establecidos localmente;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 21.4° y 21.7°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 6.2°)		Ley N° 1015/97 (Art. 21°)
18. Inclusión de informaciones precisas, que permitan identificar, registrar y conservar toda información vinculada con el o los ordenantes, con el o los destinatarios; y, el o los beneficiarios de las operaciones de transferencias de fondos recibidas o remitidas (nombre, dirección, datos de la cuenta), garantizando que estas informaciones de identificación estén incluidas en toda la cadena de pagos.	Ley N° 1015/1997 (Art. 14°, 15°, 16°, 17°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 27°, 28°, 29° y 30°)	N/A	No aplica.	Ley N° 1015/1997 (Art. 14°, 15°, 16°, 17°)
<b>II.En relación a los Reguladores / Supervisores:</b>	<b>Banco Central</b>	<b>Valores</b>	<b>Seguros</b>	<b>Banco Central2</b>
1.Promoción de la aplicación efectiva de las recomendaciones y documentos del GAFI / GAFILAT / GAFIC;	Resolución N° 266/13 (Art. 1°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°)	N/A	Ley N°827/96 art. Art. 61 inc. s); Actas/minutas de cierre de supervisión y retroalimentación sobre Recomendaciones GAFI, GAFILAT/GAFIC	Resolución N° 266/13 (Art. 1°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°)
2. Inclusión del enfoque basado en riesgo en la supervisión a las instituciones financieras, así como la promoción de la inclusión de este enfoque en la regulación que se emita;	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1.2° y 33°)	N/A	En proceso de sistematización.	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 1.2° y 33°)

3. Detención de facultades suficientes para supervisar o monitorear las instituciones financieras y requerir cualquier información y documentación que sean consideradas necesarias para asegurar el cumplimiento de las exigencias en materia de ALA/CFT;	Ley N° 3783/09 (Art. 28.1°, 28.2°, 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°)	Resolución CNV N° 1103/2008 (Art. 2°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 29° Modificado por Ley N°3,783/09 art. 1°, Ley N°827/96 Seguros art. 61° incisos c), q); art. 67°, 68°, 113°, 130°; Anexo art. 7° de la Res. N°26/09 de SEPRELAD.	Ley N° 3783/09 (Art. 28.1°, 28.2°, 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 41°)
4. Aplicación de sanciones administrativas adecuadas en el caso de incumplimiento de la normativa sobre la materia;	Ley N° 489/95 (Art. 83°), Ley N° 1015/97 (Art. 24° y 25°), Ley N° 3783/09 (Art. 28.8° y 29°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 40°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 13°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 29° Modificado por Ley N°3,783/09 art. 1°, Ley N°827/96 Seguros art. 109° al 119° SANCIÓN. PENAS Y APLICACIÓN.	Ley N° 489/95 (Art. 83°), Ley N° 1015/97 (Art. 24° y 25°), Ley N° 3783/09 (Art. 28.8° y 29°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 40°)
5. Protección a las instituciones financieras y sus representantes contra cualquier responsabilidad civil, penal o administrativa, por la violación de cualquier regla de secreto, cuando de buena fe efectuaren reportes de operaciones sospechosas a la UIF;	Ley N° 1015/97 (Art. 34°)	Ley N° 1015/97 (Art. 34°)	No aplica.	Ley N° 1015/97 (Art. 34°)
6. Prohibición a los Sujetos Obligados de divulgación a las personas involucradas o a terceros de las investigaciones y los reportes de operaciones sospechosas de ALA/CFT;	Ley N° 1015/97 (Art. 20°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 39°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 12.4°)	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 arts. 20°; Anexo art. 8° Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 1015/97 (Art. 20°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 39°)
7. Impedimento del establecimiento o la continuidad de la operatoria de bancos pantalla en su territorio;	Ley N° 861/96 (Art. 5° y 6°), Ley N° 3783/09 (Art. 1°), Ley N° 4100/10 (Art. 1°) y Resolución N° 266/13 (Art. 6°)	N/A	40 Rec. Gafi, Ley N°827/96 Seguros art. 3°, 4°, 110°.	Ley N° 861/96 (Art. 5° y 6°), Ley N° 3783/09 (Art. 1°), Ley N° 4100/10 (Art. 1°) y Resolución N° 266/13 (Art. 6°)
8. Promoción de la cooperación internacional con sus contrapartes extranjeras, facilitando el intercambio de información en el marco de las tareas de supervisión a cargo;	Ley N° 1015/97 (Art. 33°)	N/A	40 Rec. Gafi, Ley N°1015/97 art. 33°; Ley N°4100/10 y N°5582/16 Que internalizan y aprueban enmienda del MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO DFI GAFI	Ley N° 1015/97 (Art. 33°)
9. Adopción de procedimientos adecuados tendientes a evitar que criminales y sus cómplices adquieran participación significativa u ocupen funciones de dirección en instituciones financieras;	Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°)	Resolución SEPRELAD N° 059/2008 (Art. 2.2°)	40 Rec. Gafi, Ley N° 827/96 De Seguros art. 8° inciso d); Anexo art. 2° de Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 861/96 (Art. 13°, 14°, 36°) y Resolución BCP N° 24 Acta 75/2010 (Art. 1°, 2° y Anexo punto a.6.6°)
10. Establecimiento de directrices que permitan el retorno de información a las instituciones financieras respecto a tendencias o nuevas operatorias con el objetivo de contribuir a la mejora de sus sistemas de ALA/CFT;	Ley N° 489/95 (Art. 34.h°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°)	N/A	40 Rec. Gafi, Ley N° 827/96 De Seguros Res. Gob. Corporativo; Anexo art. 2° inciso a) Res. N°26/09 SEPRELAD.	Ley N° 489/95 (Art. 34.h°) y Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°)
11. Autorización, registro y supervisión de las personas naturales y jurídicas que prestan cualquier servicio alternativo de transmisión de dinero o valores;	Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°)	N/A	No aplica.	Ley N° 3783/09 (Art. 28.8°) y Resolución SEPRELAD N° 333/10 (Art. 2°)
12. Mantenimiento de estadísticas relacionadas con las informaciones resultantes de la actividad de supervisión de las instituciones financieras;	Ley N° 3783/09 (Art. 28.4°)	Informes de la Dirección de Inspección y Fiscalización de la CNV	Superintendencia de Seguros Res. SS.SG N°203/16 Regimen de Provisión de Datos - Central de Informaciones.	Ley N° 3783/09 (Art. 28.4°)
13. Divulgación de listas de ejemplos de operaciones potencialmente sospechosas, complementando la información oficial.	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°)	N/A	www.seprelad.gov.py	Resolución SEPRELAD N° 349/13 (Art. 34°)